

## Cotidiano das instituições de acolhimento

No que tange ao debate sobre o cotidiano nas unidades de acolhimento, são destacadas questões como a falta de atenção às famílias dos acolhidos, as falhas e a falta de articulação da Rede de Proteção, os estigmas sobre os acolhidos e sobre suas famílias, as discussões sobre vinculação e apego e a necessidade de capacitação dos profissionais e demais atores envolvidos com essa medida de proteção.

Sugere-se que os vários atores que participam do acolhimento institucional precisam ser qualificados e articulados para que, através de um trabalho em rede, possam contribuir para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situação de abandono, violência e de rupturas, fazendo cumprir não só os seus direitos, mas também o de suas famílias. É fundamental buscar assegurar emprego, saúde, educação e moradia para as famílias de origem dessas crianças e medidas simples, como creches e ensino em tempo integral, por exemplo, poderiam contribuir para a redução do número de crianças abrigadas (ROSSETTI-FERREIRA ET AL., 2012).

Um outro elemento a ser considerado é a transitoriedade dessa medida de proteção, o que interfere na prática cotidiana e nas relações estabelecidas nos abrigos. A complexa relação entre a provisoriedade e o estabelecimento de vínculos afetivos deve receber uma atenção especial daqueles que investigam e atuam na área. Nem sempre o abrigo é a melhor opção para crianças e adolescentes afastados de sua família de origem. Outras formas de acolhimento, inclusive junto à família extensa, devem ser consideradas nesses casos, mas enquanto o abrigo for a opção priorizada, é preciso ter atenção à continuidade do trabalho no pós-desligamento, uma vez que essa etapa se torna elemento prioritário na instituição (OLIVEIRA; MILNITSKY-SAPIRO, 2007). Para isso, estudos que compreendam as condições que facilitam ou dificultam a autonomia e participação de crianças e adolescentes em acolhimento nas suas atividades cotidianas são fundamentais. Esse é um primeiro passo para a construção de um “verdadeiro habitar” nessas instituições, que em muito contribuiria para a reinserção social desses sujeitos (GALHEIGO, LUVIZARO, 2011).

No cotidiano dessas instituições, discursos e práticas contrapõem-se e não é possível identificar uma “uniformidade” nas perspectivas e ações dos profissionais que atuam nos abrigos. Eles são marcados por suas experiências e suas concepções de educação e as metodologias para sua realização diferem. Suas visões sobre a necessidade de castigos físicos e sobre a importância da vinculação variam, influenciados também pela transitoriedade do acolhimento. Nesse sentido, a criação de programas de formação e capacitação, que permitam o desvelamento dessa diversidade de pensamentos e possibilitem a

construção de uma concepção mais homogênea e integradora, poderia contribuir para uma ação mais efetiva dentro dessas instituições (GUEDES; SCARCELLI, 2014; VECTORE; CARVALHO, 2008). Além disso, apesar das “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (BRASIL, 2009) recomendarem um atendimento continuado, com funcionários efetivos, identifica-se um alto índice de rotatividade de educadores e cuidadores, tendo em vista que poucos deles são servidores públicos efetivos, os baixos salários oferecidos e o excesso de trabalho, carga horária e mobilização emocional praticadas. Essa rotatividade exige formação permanente dos funcionários, que muitas vezes desconhecem, inclusive, as questões políticas e legais que perpassam o universo infanto-juvenil (SANTOS; VARGAS; MELO, 2018).

Ao mesmo tempo em que se identificam representações positivas em relação ao espaço do acolhimento entre os adolescentes e práticas de grupo que se configuram como estratégias potentes para que os acolhidos expressem coletivamente suas questões, observa-se também uma lógica disciplinar que tende a desumanizar esses indivíduos (MARQUES; CZERMAK, 2008). Também perduram, por parte de profissionais e da sociedade como um todo, representações sociais que estigmatizam essas instituições e as pessoas que compõem esse universo. Esses e outros fatores tornam urgente construir um novo olhar para essa realidade institucional, que possa criar novos horizontes para as crianças e adolescentes, sobretudo após sua reinserção social (ARPINI, 2003).